

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.536.429 - RJ (2015/0063238-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**RECORRENTE** : **TELEMAR NORTE LESTE S/A**  
**ADVOGADOS** : **FRANCISCO ANTÔNIO CHAGAS E OUTRO(S) - RJ038373**  
 : **ALINE MACHADO NUNES MISCOW - RJ128611**  
**RECORRIDO** : **AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES**  
**RECORRIDO** : **MARISA VALENTIN GARZON DE PINHO FREITAS**  
**ADVOGADO** : **ALTIVA GONÇALVES DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - RJ074448**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por TELEMAR NORTE LESTE S/A, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, assim ementado (fls. 861-862):

*ADMINISTRATIVO. AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL. EXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA. CONTRATO DE CONCESSÃO. COBRANÇA DE TARIFA BÁSICA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.*

*1. Trata-se de apelação interposta por TELEMAR NORTE LESTE S/A, nos autos da ação ordinária, ajuizada contra a ANATEL e outra, a qual objetiva "a declaração da existência de relação jurídica entre as partes, de forma a autorizar a cobrança da tarifa básica de telefonia, prevista no contrato de concessão firmado entre a autora e a 2ª ré, que seja o usuário do serviço de telefonia condenado a efetivar o pagamento da referida tarifa ou, alternativamente, que seja resolvido o contrato celebrado com a 1ª ré. Requer ainda, sucessivamente, em caso de improcedência dos pedidos formulados em face do 1º réu, a condenação da ANATEL a alterar a estrutura de remuneração da autora pelos serviços de telefonia prestados ao usuário."*

*2. Ausente a possibilidade de figurar no pólo passivo da relação processual, ente federal, por carência acionária, resta alijada a competência da Justiça Federal para apreciar os pleitos remanescentes em face de terceiros, que não se inserem no preceito constitucional do artigo*

*109, anotando-se, inclusive, o escopo de se rever decisão de outro ramo, que não integrante da estrutura comum, in casu do Juizado Especial, conforme sinalado "À título elucidativo cabe frisar que, ao contrário do alegado pela 1ª ré em sua peça de defesa às fls. 535, a decisão judicial que reconheceu o direito da usuária ao não pagamento da tarifa básica de assinatura não adveio da ação n. 2004.815.008359-1, mas sim da ação n.º 2004.815.008357-8,*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*conforme se infere de 165/166 e 221/230. Sendo assim, os pedidos elencados pela TELEMAR nas alíneas a e b, quais sejam, a declaração da existência de relação jurídica entre ela e o réu, e a condenação do mesmo ao pagamento da tarifa básica de assinatura fundada no reconhecimento de tal relação, nos moldes previstos no Contrato de Concessão e na Lei 9472/97, visam desconstituir a sentença já proferida, eis que vão de encontro ao comando judicial lá proferido, consubstanciando-se assim, no segundo e ainda mais grave obstáculo no amparo a sua tese", indo neste diapasão, mutatis. o decidido pelo Superior Tribunal de Justiça, Resp 795.448, DJ 08/6/2006, o que conduz, como corolário, à prolação de decisão terminativa.*

### *3. Recurso prejudicado.*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta violação dos artigos 47, 471, I, e 535, II, do Código de Processo Civil de 1973. Sustenta, em síntese, omissão no julgado. Aduz que não houve coisa julgada, uma vez que na ação movida pela assinante, em sede de Juizado Especial Cível, não incluiu no pólo passivo a ANATEL. Pleiteia, assim, a necessidade de participação da referida agência para a formação de litisconsórcio passivo necessário *"em todas as ações que questionem a cobrança de assinatura básica"* (fl. 900).

Sem contrarrazões.

É o relatório. Decido.

Cumprе salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado 2 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça"*.

Em relação à negativa de prestação jurisdicional, ao contrário do alegado pela recorrente, o Tribunal de origem se manifestou sobre todas as questões necessárias ao deslinde da controvérsia, apenas sendo a conclusão do julgado diversa da pretendida pela recorrente, de modo que a rejeição dos embargos declaratórios, nesse contexto, não implica contrariedade dos art. 535, II, do CPC/1973 (art. 1.022 do CPC/2015). Sobre o tema: EDcl no AgInt no AREsp 156.220/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA,

julgado em 20/02/2018, DJe 27/02/2018.

Noutro vértice, extrai-se dos autos que o Tribunal de origem manteve inalterada a decisão do juízo singular, reconhecendo a ausência de interesse da ANATEL no feito e à competência da Justiça estadual para processar o feito, porquanto a repercussão dos efeitos da declaração de ilegalidade da aludida cobrança, assim como os da repetição de indébito, não atingirá sua órbita jurídica, mas tão-somente o da empresa ora recorrente, afastando a necessidade de formação de litisconsórcio passivo, julgou extinto o processo, sem resolução de mérito, prejudicado o recurso.

Dessa forma, verifico que acórdão recorrido adotou entendimento consolidado nesta Primeira Seção, no julgamento do REsp 1.068.944/PB, submetido ao rito do art. 543-C do CPC, que firmou entendimento no sentido de que em demandas sobre a legitimidade da cobrança de tarifas por serviço de telefonia, movidas por usuário contra a concessionária, não se configura hipótese de litisconsórcio passivo necessário da ANATEL, que, na condição de concedente do serviço público, não ostenta interesse jurídico qualificado a justificar sua presença na relação processual, conforme a seguinte ementa:

*ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. SERVIÇOS DE TELEFONIA. DEMANDA ENTRE USUÁRIO E CONCESSIONÁRIA. ANATEL. INTERESSE JURÍDICO. LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO. INEXISTÊNCIA. TARIFA DE ASSINATURA MENSAL. LEGITIMIDADE DA COBRANÇA. SÚMULA 356/STJ.*

*1. Pacificou-se a jurisprudência das Turmas da 1ª Seção do STJ no sentido de que, em demandas sobre a legitimidade da cobrança de tarifas por serviço de telefonia, movidas por usuário contra a concessionária, não se configura hipótese de litisconsórcio passivo necessário da ANATEL, que, na condição de concedente do serviço público, não ostenta interesse jurídico qualificado a justificar sua presença na relação processual.*

*2. Conforme assentado na Súmula 356/STJ, "é legítima a cobrança de tarifa básica pelo uso dos serviços de telefonia fixa".*

*3. Recurso especial provido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08.*

*(REsp 1068944/PB, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/11/2008, DJe 09/02/2009).*

Outrossim, mostra-se desnecessária a inclusão da ANATEL no polo passivo

da demanda, porquanto não lhe cabe qualquer responsabilidade sobre eventuais ressarcimentos, de modo que a Justiça estadual é o foro competente para julgamento de demandas não integradas pela agência reguladora.

Nesse sentido:

*PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ASSINATURA BÁSICA RESIDENCIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO PROPOSTA EXCLUSIVAMENTE CONTRA CONCESSIONÁRIA DE TELEFONIA. LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO. INEXISTÊNCIA. PRESENÇA DA ANATEL NA LIDE. DESNECESSIDADE.*

*1. Versam os autos sobre ação declaratória c/c repetição de indébito ajuizada por consumidor contra a Brasil Telecom S/A objetivando o reconhecimento da ilegalidade da cobrança de "assinatura mensal básica".*

*2. Em que pese a demanda ter sido proposta exclusivamente por consumidor contra a concessionária de telefonia, a Justiça Estadual declinou da competência para que a Justiça Federal decidisse sobre a existência de interesse jurídico da Anatel - necessidade de inclusão no pólo passivo. O Juiz Federal, por seu turno, afastou o interesse da autarquia federal, com respaldo no enunciado n. 150 da Súmula do STJ, in verbis: "Compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas".*

*3. Esta Corte já se manifestou sobre o tema em inúmeras oportunidades, concluindo pela competência da Justiça Estadual, por não haver necessidade da presença da Anatel em qualquer pólo de demanda que tem como partes, de um lado, consumidor, e de outro, concessionária de serviço público de telefonia: "3. Tratando-se de relação jurídica instaurada entre empresa concessionária de serviço público federal e usuário, não há interesse na lide do poder concedente, no caso, a União, falecendo, a fortiori, competência à Justiça Federal. Precedentes: REsp n. 947.191/PB, Rel. Min. Denise Arruda, DJ de 21.08.2007; REsp n. 900.478/RS, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ de 16.02.2007; REsp n. 904530/RS, Rel. Min. Humberto Martins, DJ de 16.02.2007" (REsp 973.183/RS, sob minha relatoria, DJ de 24.09.2007).*

*4. Recurso especial provido.*

*(REsp 948.134/RS, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/04/2008, DJe 21/05/2008)*

*PROCESSUAL CIVIL – AGRAVO REGIMENTAL – CONFLITO DE COMPETÊNCIA – SERVIÇOS DE TELEFONIA –*

**ASSINATURA BÁSICA MENSAL – AÇÃO AJUIZADA CONTRA A CONCESSIONÁRIA DE TELEFONIA PERANTE A JUSTIÇA ESTADUAL. TARIFA DE ASSINATURA BÁSICA RESIDENCIAL.**

**1. O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do CC 47.731 (Rel.**

**Ministro FRANCISCO FALCÃO, Rel. p/ Acórdão Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO), entendeu não ser possível, no âmbito do conflito de competência, examinar e decidir sobre legitimidade ativa ou passiva ad causam, excluindo ou incluindo partes na relação processual, sem o crivo das instâncias ordinárias, pois, em se tratando de competência em razão da pessoa, devem ser considerados os entes que, efetivamente, figuram na relação, e não aqueles que deveriam figurar.**

**2. Na hipótese, tratando-se de ação de procedimento comum ajuizada por consumidor contra a Telemar Norte Leste S/A, em que a Anatel não figura como parte no processo, nem requereu seu ingresso no feito sob qualquer das situações previstas no art. 109, inciso I, da Carta vigente, e ainda, tendo o Juízo Federal concluído pela inexistência de interesse da ANATEL na lide, tem-se por manifesta a competência da Justiça estadual. Precedentes.**

**3. Agravo regimental a que se nega provimento.**

**(AgRg no CC 59.036/PB, Rel. MIN. CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/03/2008, DJe 05/05/2008)**

*In casu*, tendo o acórdão recorrido adotado entendimento pacificado nesta Corte, incide a Súmula 83/STJ.

Diante do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília-DF, 19 de novembro de 2019.

Ministro **RAUL ARAÚJO**  
Relator